



A PEDAGOGIA DA AUTONOMIA E A PRÁTICA DOCENTE

Maurício Teixeira Mendes¹

¹Mestrando do programa em estudos linguísticos (Poslin) da UFMG. Agradecimento ao apoio financeiro da CAPES.

Resumo: No presente trabalho se discute as temáticas; ensinar exige respeito aos saberes dos educandos, ensinar exige pesquisa, ensinar exige criticidade e curiosidade e ensinar exige disponibilidade para o diálogo, que são algumas proposições feitas por Paulo Freire no livro Pedagogia da Autonomia. E concomitantemente apresentando alguns relatos de práticas docentes desenvolvidas na educação básica, em uma escola do campo e algumas teorias da área da linguagem.

Palavras-chave: Pedagogia da autonomia, prática docente, educação do campo, EJA, tecnologias digitais.

1 Introdução

Freire foi um importante percussor das teorias críticas no Brasil, portanto é muito mencionado nas teorias pós críticas. É imprescindível ressaltar que seu trabalho contribui para a conscientização e empoderamento da população menos favorecida socialmente, que por séculos vem sendo silenciada e ignorada, dessas cito os povos do campo que é meu local de fala. Nasci, cresci e vivo no campo, meu Ensino Fundamental se deu em escola pública, como também o Ensino Médio, que foi em um Centro de Educação de Jovens e Adultos (supletivo). Dez anos após concluir o Ensino Médio, ingresso no curso de Licenciatura em Educação do Campo pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Contextualizo um pouco da minha história, para situar minha proximidade com as pedagogias freireanas, já que as comunidades campesinas foi um dos principais objetos de estudo de Paulo Freire. Portanto é um enorme prazer, trazer um trabalho no qual associo a Pedagogia da Autonomia com minhas práticas docentes.

O livro Pedagogia da Autonomia é a última obra que Paulo Freire publicou em vida. A obra é dividida entre os três capítulos 1) Não há docência sem discência, 2) Ensinar não é transferir conhecimento e 3) Ensinar é uma especificidade humana. Nos três



capítulos encontramos propostas de práticas pedagógicas que visa construir a autonomia dos educandos respeitando suas culturas e identidades. Assim sendo, neste trabalho discorrerei sobre cinco proposições feitas nesse livro relacionando-as com algumas práticas enquanto educador do campo.

2 Ensinar exige respeito aos saberes dos educandos

Segundo Freire (2002), é preciso respeitar os saberes de nossos educandos, sobretudo os das classes populares menos favorecidos socialmente. O estudante ao chegar na escola, já faz parte de um contexto cultural e provavelmente carrega uma bagagem de conhecimento desse meio. Cabe a escola, segundo a Base Comum Curricular (BNCC), reconhecer esses saberes e potencializá-los.

A troca de saberes acontece, quando o educador reconhece que sempre é um aprendiz. No ano de 2017, estava dando aula para uma turma de Educação de Jovens e Adultos (EJA) de uma escola do campo, e pensando na troca de saberes proposta por Freire, propus a turma a produção textual de uma autobiografia tendo como tema “produtores de saberes” no qual os estudantes deveriam narrar algum conhecimento que lhes foram passados de geração em geração, ou algo que eles desenvolveram em suas práticas diárias.

Surgiram textos com saberes muito interessantes, como pessoas que juntaram plantas medicinais e fizeram remédios eficientes, outra que criou uma receita de um bolinho de mandioca que passou a ser a fonte de renda de sua família, dentre outros. Uma das narrativas que me chamou muita atenção foi de um aluno de 65 anos que criou um composto orgânico para o controle do pulgão (um inseto que prejudica as hortaliças). Minha horta estava infestada com esse inseto, segui a receita de meu aluno e de fato resolvi meu problema.

Com o breve relato ressalto a importância da relação entre professor e aluno no qual existem possibilidades de trocas infinitas, porém é preciso reconhecer que nossos estudantes possuem muitos conhecimentos que nós não possuímos e vice e versa.



3 Ensinar exige pesquisa

Segundo Freire (2002), “não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino” (p.16), e que é um exercício da docência ser um constante pesquisador, pois é preciso pesquisar para conhecer o que ainda não se conhece e assim comunicar a novidade. Ainda segundo Freire, “o que há de pesquisador no professor não é uma qualidade ou uma forma de ser ou de atuar que se acrescente à de ensinar. Faz parte da natureza da prática docente a indagação, a busca, a pesquisa” (p.17).

Freire (1987), em *Pedagogia do Oprimido*, critica o modelo de educação homogênea a partir de metodologias de alfabetização, cita que uma pessoa que vive no Nordeste não poderia ser alfabetizada com as frases prontas de cartilhas como: Eva viu a uva. Visto que a fruta seria própria de regiões com temperatura amena sendo uma raridade no Nordeste. Que é uma dissonância no cenário educacional brasileiro, projetos pensados a partir do contexto urbano, como por exemplo, os livros didáticos são aplicados em todo território nacional sem se levar em conta as particularidades, por exemplo, das comunidades camponesas.

Nesse caso, o professor deve procurar adaptar o material de acordo com o seu contexto, por exemplo, ao trabalhar temáticas do livro didático relacionado com o meio ambiente com exemplos de queimada da Amazônia, ou da poluição do rio Tietê, pode haver algo do contexto dos estudantes, como a poluição de um rio da comunidade, queimadas, agrotóxicos e outros. Em 2019, em coautoria com uma colega, escrevemos uma proposta de plano de aula no artigo “Letramento crítico em uma atividade de língua inglesa em uma escola do campo¹”, no qual fazemos esse movimento de adaptar o material do livro didático ao contexto dos estudantes.

4 Ensinar exige criticidade e curiosidade

Segundo Freire (2002), “não haveria criatividade sem a curiosidade que nos move” (p.18), e essa curiosidade faz com que busquemos incansavelmente resposta para

¹ O artigo completo encontra-se no endereço eletrônico <
http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/anais_linguagem_tecnologia/article/view/16192/1125612791>



nossas indagações. Ainda segundo o autor uma das tarefas da prática educativa progressista “[é] exatamente o desenvolvimento da curiosidade crítica, insatisfeita, indócil”.

Freire (2002) cita uma proposta de atividade a ser desenvolvida, como para casa, em um fim de semana, “seria propor a um grupo de alunos que registrasse, cada um por si, as curiosidades mais marcantes por que foram tomados, em razão de que, em qual situação emergente de noticiário da televisão, de propaganda, de videogame” (p.45), e qual foram suas curiosidades, se foram superadas, o que fez para superá-las, dentre outras questões que agucem a criticidade e a curiosidade dos estudantes.

Nos dias atuais por estarmos envolvidos as tecnologias digitais, faz necessário que os educadores agucem a curiosidade e a criticidade dos estudantes em suas práticas sociais. De acordo com Braga e Vóvio (2015, p.57), “uma reflexão mais ampla sobre as [tecnologias digitais] pode abrir novas possibilidades de ampliação cultural e participação social da população de adultos pouco e não escolarizada”. Como também “aplar os efeitos nocivos de segregação e isolamento de certos grupos em condição de vulnerabilidade social”. No qual o acesso a um aparelho como *smartphone*, conectado à internet, tais indivíduos podem participar “como autores e produtores de acervos da internet”. Além de poderem circular por diferentes espaços de usos reais da língua, palestras, conferencias, reportagens que circulam na rede e outros. Ou seja, temos inúmeras possibilidades de explorar a curiosidade e criticidade de nossos estudantes com as tecnologias digitais.

5 Ensinar exige disponibilidade para o diálogo

Segundo Freire (2002), não precisamos nos envergonhar por não saber algo, “minha segurança se funda na convicção de que sei algo e de que ignoro algo a que se junta a certeza de que posso saber melhor o que já sei e conhecer o que ainda não sei” (p.69), e essa disponibilidade para ensinar o que se sabe ou para aprender algo se dá na medida da abertura para o diálogo.



Um professor que não é aberto ao diálogo dificilmente poder trocar experiências com seus alunos. Freire coloca uma inquietação de “como ensinar, como formar sem estar aberto ao contorno geográfico, social, dos educandos?” (p.70). Provocado por problemáticas como essa, no primeiro semestre de 2019 fiz uma atividade com estudantes do 6º ano de uma escola do campo. Tal atividade tinha como título “Tudo sobre mim”, era uma construção de um livreto no qual o estudante deveria escrever algumas informações básicas, onde morava, membros da família, animais de estimação e outros assuntos. Lembro-me que para ilustrar cada página os estudantes desenhavam e colavam gravuras. Um estudante dedicou duas aulas desenhando um carro de polícia na capa e com perfeição em cada detalhe. Aquilo me incomodou e quando o perguntei o significado do desenho ele disse que seu sonho era ser policial. Eu perguntei o motivo do sonho, ele disse que polícia prendia as pessoas, então fiquei ainda mais curioso e perguntei quem ele queria prender, e ele disse que era seu pai devido beber muito e bater nele, na sua mãe e irmãos. O estudante ainda relatou que na maioria das noites ele e seus irmãos sempre dormiam no mato com medo de seu pai, isso explicaria o motivo dele sempre estar dormindo na sala de aula.

Segundo Freire (2002), ao abrir ao diálogo “no fundo, diminuo a distância que me separa das condições malvadas em que vivem os explorados, quando, aderindo realmente ao sonho de justiça, luto pela mudança radical do mundo e não apenas espero que ela chegue” (p.70). No exemplo acima, comuniquei o caso ao Conselho Tutelar que começou a fazer uma interferência na família. Ou seja, em uma simples atividade, ao abrir para o diálogo, trabalhando um conteúdo de língua inglesa, conheci a realidade de meu aluno e tive a oportunidade de procurar uma mudança na vida do mesmo.

6 Algumas considerações:



Em outra versão do UEADSL escrevi² sobre minha trajetória escolar que foi marcada pelo ensino tradicional no qual acreditava que para ser alguém na vida teria que deixar o campo e ir para a cidade. Durante minha passagem pela escola, aconteceram várias coisas que me fizeram enxergar o espaço escolar como uma prisão. Dessa forma não me imaginava sendo um educador.

Como fui estudante de um modelo educacional excludente, espero que os relatos que apresentei neste texto possa aguçar o interesse de educadores e futuros educadores a buscarem metodologias mais dialógicas e progressistas, que respeite e valorize o estudante, suas culturas e tradições. Corroborando com o conhecimento libertador e empoderador pregado por Freire, acredito que a escola seja um espaço que pode proporcionar uma grande mudança nas estruturas sociais, possibilitando ao aluno um ensino crítico reflexivo para além do que está posto, para que esse possa ser um sujeito autônomo, agente social capaz de se posicionar criticamente na sociedade.

Referências:

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_20dez_site.pdf. Acesso em: 10 de abril de 2020.

BAGNO, M. **Da prescrição gramatical à educação linguística**. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.

BRAGA, DB; VOVIO, CL. **Uso de tecnologia e participação em letramentos digitais em contextos de desigualdade**. In: Denise Bértoli Braga. (Org.) *Tecnologias digitais de informação e comunicação e participação social*. 1ed. São Paulo: Cortez, 2015, v. 1, p. 33-67.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. 25ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2002.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

² O artigo completo pode ser acessado no endereço eletrônico <<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/ueadsl/article/view/14614/1125611921>>